



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel 332 - Centro
CEP 37925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9200

TERMO REFERENCIA

1. **OBJETO:** O presente Termo de Referência tem por objeto o **credenciamento de clínicas e/ou profissionais médicos constituído como pessoa jurídica para realização de consultas oftalmológicas no Município de Piumhi – MG, para atendimento ao Programa PMAE – Portaria GM/MS 6207/2024**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente processo de credenciamento será regido pela:

- **Lei Federal nº 14.133/2021** (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente o art. 78, inciso III;
- **Lei nº 8.080/1990** – Lei Orgânica da Saúde;
- **Constituição Federal**, art. 196 ao 200;
- Demais legislações correlatas e normas do SUS.

3. **DA JUSTIFICATIVA:** Considerando a necessidade de garantir o acesso universal e contínuo aos serviços de saúde, e a insuficiência da rede pública municipal para atendimento integral da demanda, faz-se necessária a contratação de serviços médicos especializados e procedimentos por meio de credenciamento, viabilizando a ampliação da oferta assistencial à população de Piumhi/MG.

Para atender à demanda específica da Secretaria Municipal de Saúde Pública, torna-se imprescindível a elaboração de um Estudo Técnico Preliminar que evidencie a necessidade de contratação de uma empresa especializada na prestação de procedimentos médicos e consultas especializadas. Sob a perspectiva do interesse público, tal contratação visa solucionar a diminuição da fila de espera de pacientes que necessitam de tais serviços no Município.

O intuito do credenciamento é uma criação doutrinária que pode ser utilizado para a contratação de serviços, **desde que a Administração fixe critérios objetivos**, e ainda que sejam observados no mínimo **quatro aspectos fundamentais quando da análise da adequação do uso do credenciamento**, quais sejam: contratação dos selecionados pela ordem de classificação/sorteio estabelecida em sessão pública, mesmo que demandados em quantidade não uniforme; impessoalidade/objetividade na definição do objeto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel 332 - Centro
CEP 37925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9200

demonstração formal, no processo, da vantagem/igualdade dos valores definidos em relação aos preços de mercado; e, por fim, que o objeto, e não as características pessoais do credenciado satisfaçam as exigências do Edital.

O credenciamento visa assegurar maior **agilidade, economicidade e eficiência** na prestação dos serviços de saúde, observando o princípio da isonomia e a supremacia do interesse público.

O credenciamento como hipótese de inexigibilidade de licitação precedida de chamamento público é garantia dos princípios, em especial, da legalidade e impessoalidade.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A contratação que vier em virtude desse credenciamento enquadra-se em hipótese de inexigibilidade de licitação, prevista no Artigo 74, IV da Lei 14.133/2021, por se caracterizar pela ausência de competição dada a impossibilidade de se estabelecer, em mesmo nível de igualdade, uma disputa entre os licitantes. No caso em questão, em tese, todos os prestadores de serviços de saúde que cumprirem as exigências do edital, podem oferecer o serviço, sendo impossível obter a proposta mais vantajosa. Tem-se, portanto, que o credenciamento neste caso, gera a hipótese de inexigibilidade de licitação, pois a inviabilidade de competição se caracteriza pela possibilidade de contratação de todos.

3.1. Das Condições de Participação

3.1.1 Poderão participar todos os interessados que se apresentarem para credenciamento a qualquer momento, durante a vigência do Edital, desde que, atendam integralmente ao disposto no Edital de Chamamento Público e seus anexos.

3.1.2. Serão credenciados tantos quantos forem os prestadores habilitados.

3.1.3. Os interessados deverão atender além das demais legislações aplicáveis ou que sejam publicadas pelos órgãos competentes, o seguinte:

3.1.3.1. Poderão participar todas as Clínicas Médicas e/ou Profissionais, que comprovem capacidade técnica, dispuserem de profissionais comprovadamente capacitados, espaço e equipamentos adequados para realização dos serviços.

3.1.3.2. **Cada participante poderá credenciar somente um único CNPJ por empresa;**

3.1.3.3. Cada empresa credenciada poderá realizar **NO MÁXIMO até 30% (trinta por cento) do total de atendimentos oftalmológicos estimados para a vigência do credenciamento**, limitados a no máximo **3.000 (Três mil) atendimentos por empresa**, bem como indicar **01 (um) médico oftalmologista responsável**, devidamente inscrito no CRM, observados os critérios de distribuição definidos pela Secretaria Municipal de Saúde Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel 332 - Centro
CEP 37925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9200

3.4. Justificativa da distância máxima estabelecida (clínica ou consultório situado no perímetro urbano de Piumhi):

3.4.1 Definir que os credenciados tenham um local de que atendimento esteja situado no perímetro urbano do Município de Piumhi – MG é uma medida destinada a assegurar o acesso facilitado por parte dos pacientes aos serviços médicos de qualidade sem a necessidade do uso de Transporte Fora do Domicílio - TFD. Além disso, busca-se celeridade no atendimento a demanda reprimida da Secretaria Municipal de Saúde Pública de consultas especializadas e exames, resultando em benefícios para os usuários do sistema único de saúde – SUS, evitando longas viagens e horas de espera devido à deslocamentos para cidades distantes da sede do Município.

4. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS: nos termos do Artigo 74, IV da Lei 14.133/2021, caracterizamos o objeto nos termos seguintes:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIPTIVO	VALOR UNIT.	QUANT. ANO	VALOR TOTAL
1	03.01.01.007-2	CONSULTA MÉDICA NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA - OFTALMOLOGIA	R\$ 100,00	10.000	R\$ 1.000.000,00
TOTAL					R\$ 1.000.000,00

4.1. Os serviços serão contratados de acordo com a necessidade do Município e especificidade. As empresas credenciadas serão convocadas para prestar os serviços conforme eventual demanda e os serviços serão solicitados de forma a respeitar a capacidade operacional de cada credenciada além do tipo de necessidade do paciente justificado pelo respectivo gestor, conforme a necessidade exigida.

4.2. O credenciado deverá estar disponível em horário comercial (8h às 18h), de Segunda a Sexta-feira, para prestar o serviço conforme necessário. Isso inclui a prontidão para atender chamadas de emergência e estar preparado para iniciar o serviço imediatamente após a solicitação.

4.3. A escolha da credenciada caberá exclusivamente ao Município de Piumhi. A distribuição dos atendimentos entre os credenciados será realizada de forma equitativa, por meio de rodízio, agenda programada ou outro critério técnico definido pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo os limites ser revistos mediante justificativa técnica no momento da contratação, sendo obedecida a ordem de classificação e ainda aos seguintes quesitos:

- a) Disponibilidade imediata em atender a demanda;
- b) Capacidade e estrutura para atender integralmente a demanda, ou seja, comporte a totalidade dos eventuais procedimentos médicos, exames e consultas.

4.4. A nota fiscal deverá ser emitida no prazo máximo de **30 (Trinta) DIAS**, contados a partir



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel 332 - Centro
CEP 37925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9200

da data de fechamento da ; discriminando a quantidade e tipo de serviços prestados.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços**, mediante o encerramento da Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade/Custo - APAC, do paciente por parte do credenciado e a apresentação de nota fiscal eletrônica, instrumentalizando-se por meio de transferência bancária para conta de titularidade do (a) contratado(a).

5.2. A Nota Fiscal Eletrônica correspondente deverá ser enviada para Secretaria Solicitante, que somente atestará a entrega dos serviços e liberará o documento para pagamento quando cumpridas, pela contratada, todas as condições pactuadas.

5.3. O Município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes à multa ou indenizações devidas pelo contratado.

5.4. Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal será objeto de correção pelo contratado, havendo, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

5.5. A critério do Município poderão ser utilizados os créditos existentes em favor do contratado para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras de responsabilidade deste último.

5.6. A CONTRATADA deverá comprovar para fins de pagamento a regularidade com suas obrigações trabalhistas, fiscais, tributárias etc, mediante apresentação de: **a)** Certidão negativa de débito (CND) relativa aos tributos federais, à dívida ativa da união e às contribuições previdenciárias, expedida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, na forma da Lei; **b)** prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; **c)** prova de regularidade para com Fazenda Municipal; **d)** Certificado de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS).

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para cada contratação.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CREDENCIADO(A): O credenciado obriga-se a cumprir todas as obrigações incluídas neste PROJETO BÁSICO e no Edital de Credenciamento, notadamente as que seguem:

7.1. Cumprir fielmente o que estipula este Projeto Básico e o Edital de Credenciamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel 332 - Centro
CEP 37925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9200

7.2. Executar o objeto da futura e eventual contratação obedecendo às especificações discriminadas neste Projeto Básico;

7.3. Manter serviço de plantão em casos de necessidade para os atendimentos emergenciais, 24 (vinte e quatro) horas, fornecendo ao CONTRATANTE, os nomes e telefones dos plantonistas escalados.

7.4. Manter durante toda a duração do presente contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento e na contratação, assim como o padrão de qualidade e as especificações técnicas aqui contidas.

7.5. Franquear acesso a suas instalações pelo CONTRATANTE para vistorias, caso entenda, necessário.

7.6. Seguir os protocolos de saúde e sanitários necessários à prevenção do contágio pelo Coronavírus.

7.7. Designar um responsável/gestor durante todo o período de execução do contrato/serviço, responsável por todas as tratativas entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

7.8. Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte o(s) serviços(s) em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados, providenciando sua substituição, quando for o caso, no prazo de até 3 (três) dias, contados da notificação.

7.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

7.10. Comunicar o CONTRATANTE, no prazo mínimo de 24 (Vinte e quatro) horas, os motivos que o impossibilitaram do cumprimento dos prazos pactuados.

7.11. Informar à CONTRATANTE da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em parte, indicando as medidas para corrigir a situação.

7.12. Cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que os serviços contratados se realizem com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira responsabilidade;

7.13. Manter atualizados junto ao CONTRATANTE seu cadastro e documentos de regularidade fiscal durante toda a execução dos serviços.

7.14. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados, bem como pela assunção de todas as obrigações sociais, civis, fiscais, tributárias e trabalhistas decorrentes da execução dos trabalhos, sob sua responsabilidade, inclusive pelas contribuições para a Previdência Social e pelas demais despesas diretas e indiretas, necessárias à execução total dos serviços contratados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel 332 - Centro
CEP 37925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9200

7.15. Responsabilizar-se pela cobertura integral de quaisquer prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por ato ou fato comissivo ou omissivo da CONTRATADA ou de seus prepostos. Em caso de ocorrências de prejuízos e danos previstos aqui previstos, o CONTRATANTE poderá abatê-lo das faturas relativas à prestação dos serviços, ou se inviável a compensação, promover a cobrança judicial, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

7.16. Efetuar o ressarcimento integral, atualizado, de quaisquer valores que eventualmente o CONTRATANTE seja compelido a pagar em razão de condenações em processos judiciais em geral relacionados à execução dos serviços contratados, especialmente, em reclamações trabalhistas.

7.17. Emitir a nota fiscal nos termos da legislação vigente.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Compete ao Contratante:

8.1. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA e necessários para a perfeita execução dos serviços contratados.

8.2. Exigir o fiel cumprimento de todos os requisitos acordados, avaliando também a qualidade dos serviços apresentados, podendo rejeitá-los no todo ou em parte.

8.3. Designar Gestor para acompanhar a execução do Contrato.

8.4. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação;

8.5. Zelar para que durante a vigência do credenciamento, sejam cumpridas as regras estabelecidas neste projeto básico;

8.6. Serão considerados para efeito de pagamento o serviço efetivamente realizado pela credenciada contratada e aprovado pelo setor responsável pelo recebimento;

8.7. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos serviços que venham a ser solicitados pela credenciada contratada;

8.8. Comunicar à credenciada contratada, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução da prestação dos serviços contratados, assinando-lhe prazo para que a regularize sob pena de lhe serem aplicadas as sanções legais e contratualmente previstas;

8.9. Designar um funcionário responsável pela fiscalização da execução das atividades;

8.10. Promover, através de servidor especialmente designado, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, objeto deste projeto básico, durante as futuras e eventuais contratações, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicando à credenciada contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel 332 - Centro
CEP 37925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9200

medidas por parte daquela;

8.11. Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução da prestação de serviços e as obrigações da credenciada contratada, bem como atestar na Nota Fiscal ou documento equivalente e o seu aceite;

8.12. Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a credenciada contratada;

8.13. Efetuar o pagamento à credenciada contratada de acordo com a forma e prazo estabelecidos no item 5.1, após a apresentação da Nota Fiscal e o aceite realizado pelo servidor responsável;

8.14. Proporcionar à credenciada contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

8.15. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução dos serviços prestados, especialmente quanto à aplicação de sanções, às alterações e às revisões;

8.16. Rejeitar os serviços que não satisfaçam aos padrões exigidos nas especificações descritas neste projeto básico;

8.17. Aplicar, quando for o caso, as penalidades previstas no edital de credenciamento e na Lei 14.133/2021;

8.18. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Projeto Básico, em particular no que se refere às especificações dos serviços e sanções administrativas.

8.19. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto destas futuras e eventuais contratações, que venham a ser solicitados pela credenciada contratada.

8.20. Acompanhar a prestação dos serviços e execução do contrato por meio de servidores especialmente designados para atuar como Fiscais do Contrato e realizar a gestão contratual através do servidor designado como Gestor do Contrato, os quais serão responsáveis por conduzir possíveis procedimentos administrativos investigatórios, assegurando-se à investigada a ampla defesa e o contraditório.

8.21. Dirimir as dúvidas oriundas do credenciamento e/ou que surgirem no curso da prestação dos serviços por intermédio do Gestor do Contrato (Secretário Solicitante da contratação), que de tudo dará ciência à Administração.

8.22. Efetuar o pagamento dos serviços de acordo com as condições contratuais.

Parágrafo Único: A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução credenciamento, bem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel 332 - Centro
CEP 37925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9200

como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. DAS PENALIDADES:

9.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste Projeto Básico, no respectivo Edital, Contrato e legislação pertinente, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como, da indenização por eventuais perdas e danos, a serem apuradas na forma da legislação em vigor, na importância de até 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, pela execução irregular do contrato, ou ainda em caso de descumprimento das cláusulas contratuais e legislação atinente, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

9.2. A apuração dos fatos que culminarem na eventual aplicação de sanções à credenciada contratada será realizada através de procedimento próprio, instaurado através de Portaria do Chefe do Executivo, que, dentre outros, designará comissão responsável pela apuração dos fatos e prazo para a conclusão dos trabalhos, garantindo-se, sempre, a ampla defesa e o contraditório.

10. DA FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO:

10.1 A fiscalização é exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da credenciada contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade. A existência de fiscalização não implicará, ainda, em corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste projeto básico, deverão ser prontamente atendidas pela credenciada contratada sem ônus para a administração.

10.2. A prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo Secretário autor do pedido de contratação, através de documento próprio que deverá acompanhar a justificativa para a contratação.

10.3. A eventual aceitação dos serviços por parte da administração não eximirá a credenciada contratada da responsabilidade de quaisquer erros, imperfeições ou vícios que eventualmente venham a se verificar posteriormente, circunstância em que as despesas de consertos ou modificações correrão por conta exclusiva da contratada.

10.4. A gestão do credenciamento, assim como a fiscalização da correta realização dos sorteios e obrigações inerentes às futuras e eventuais contratações, será exercida a qualquer momento, no que couber, pela chefia de gabinete do Município.

10.5. As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da credenciada contratada, no que concerne à

- 11.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 11.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;
- 11.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 11.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 11.5. Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 11.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os débitos previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- 11.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- 11.8. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- 11.9. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440 de 07 de Julho de 2011, em vigor;
- 11.10. Documentos pessoais do representante legal do licitante (RG, CPF);
- 11.11. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento da documentação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel 332 - Centro
CEP 37925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9200

11.12. Alvará de Vigilância Sanitária emitido pelo ente federativo onde se estabeleça o domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

11.13. Prova de regularidade perante o FGTS.

11.14. Documento do Conselho de classe que contenha referência do RG e/ou CPF dos profissionais que irão se credenciar;

11.15 Ficha de Identificação do estabelecimento junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento da documentação.

11.16 Declaração de local de atendimento médico e do profissional responsável (Anexo V)

12. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

12.1. O serviço deverá ser realizado em estabelecimento próprio da empresa contratada localizado no perímetro urbano de Piumhi/MG.

12.2. O credenciamento dos interessados não gera obrigação ao município de efetuar qualquer contratação, constituindo apenas cadastro de eventuais e futuros interessados em atender as demandas no decorrer do período de vigência (12 meses).

12.3. Durante a vigência do credenciamento o Município observará os critérios estabelecidos neste projeto básico para a contratação, de acordo com a categoria solicitada pelo secretário interessado.

11.4. Em nenhuma hipótese terá o proponente credenciado e/ou contratado qualquer vínculo empregatício com o município.

12.5. O Município reserva para si o direito de não aceitar nem receber qualquer serviço em desacordo com o previsto neste projeto básico, edital e contrato ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação conforme previsto neste documento.

12.6. Qualquer tolerância por parte do Município, no que tange ao cumprimento das obrigações assumidas pela credenciada contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste.

12.7. Os eventos previstos neste projeto são uma forma exemplificativa de demonstrar as futuras e eventuais contratações. As datas estipuladas no calendário municipal poderão ser alteradas e outros eventos não previstos no documento poderão ser realizados.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO:

13.1. Não é permitida a subcontratação parcial do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel 332 - Centro
CEP 37925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9200

14. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO A SER PAGO: um dos elementos necessários à contratação por inexigibilidade, nos termos do inciso VII do art. 72 da Lei n. 14.133/2021 é a justificativa do preço.

14.1. Será praticado o preço conforme tabela de valores definida previamente pela Secretaria Municipal de Saúde de Piumhi/MG, com base em consulta de preço no Portal Nacional de Contratações Públicas, e ainda balizamento na Tabela do **Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi/MG**.

14.4. Nessa esteira, portanto, fica justificado o preço proposto.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1. A Administração poderá prorrogar, adiar, revogar ou anular o presente edital, na forma da Lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.

15.2. A qualquer tempo, antes da data de abertura do credenciamento, poderá a Administração, se necessário, modificar este instrumento, hipótese em que deverá proceder a divulgação indicando as alterações realizadas.

15.3. O credenciamento dos interessados em contratar com esta administração deverá ocorrer durante todo o período em que permanecer publicado o edital de chamamento.

15.3.1. O edital de chamamento para o credenciamento de clínicas médicas para realização de procedimentos, exames laboratoriais e consultas médicas especializadas no Município de Piumhi – MG deverá permanecer publicado até **janeiro/2027**.

15.4. É facultada à comissão de contratação promover, a qualquer tempo, diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sobretudo o que culminará a contratação da credenciada.

15.5. Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento mediante ato motivado da Comissão Permanente de Licitação.

15.6. As questões inerentes ao objeto do credenciamento serão saneadas pelo Gabinete de Prefeito, sendo as questões relativas a cada contratação de responsabilidade do gestor/secretário solicitante.

15.7. Poderá a autoridade competente, a qualquer tempo, excluir credenciado, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior à habilitação, que revele inidoneidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel 332 - Centro
CEP 37925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9200

15.8. Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos fora do prazo e local estabelecido neste Edital.

15.9. O credenciamento não gera vínculo trabalhista entre a Municipalidade e o credenciado.

15.10. Os casos omissos relativos ao presente edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações juntamente com a Administração.

Piumhi, 16 de Janeiro de 2.026.

Rosângela Aparecida Terra e Guerra
Secretária Municipal de Saúde Pública.